

ARTIGO

Recebido em:
02/03/2013

Aceito em:
12/07/2013

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 43-60, mai./ago., 2013. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p43

**Regime de informação para o mapeamento das
competências em informação na educação superior**
*Regime of information for mapping information literacy in
high education*

Lucas Almeida SERAFIM¹
Gustavo Henrique de Araújo FREIRE²

RESUMO

Aplica a noção de regime de informação para o mapeamento das dimensões envolvidas no desenvolvimento de competências em informação na Educação Superior. Mediante pesquisa participante com docentes do curso de Agronomia, Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri, identifica elementos do regime de informação local, com base em dados de percepção e desempenho dos pesquisados em competências em informação, entendidas com base no modelo "The SCONUL Seven Pillars of Information Literacy: Core Model For Higher Education", da Society Of College, National And University Libraries (2011). Descreve a gestão da informação científica, identificando variáveis tácitas e tangíveis que influenciam as ações informadas dos professores pesquisados. Destaca os docentes, que, juntamente com os bibliotecários, possuem um papel primordial na multiplicação dos preceitos do movimento internacional pelas competências em informação. Conclui que o mapeamento do regime de informação local permitiu compreender os modos como docentes se capacitam (assim como as limitações) para agirem no dinâmico e atual fluxo de informação científica.

PALAVRAS-CHAVE: Regime de Informação. Competências em Informação. Ensino Superior.

ABSTRACT

This article presents the concept of regime of information applied to information literacy development in higher education. Through participatory research with Agronomy faculty at Federal University of Ceará, Campus Cariri, it seeks to identify elements that justify the design of local regime of information, based on perception and evidence-based data about information literacy skills, according to the The SCONUL Seven Pillars of Information Literacy: Core Model

¹ Universidade Federal do Ceará - lucas@cariri.ufc.br

² Universidade Federal da Paraíba - ghafreire@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

For Higher Education, "the Society Of College And University National Libraries (2011). Thus, it describes the scientific information management, identifying tacit and tangible variables that influence the informed actions of the participant teachers. It also highlights the faculty, and teachers, as the main group of academic community who have a key role in the multiplication of the ideas of the international movement for information literacy. It is concluded that mapping local regime of information allowed this research to understand the ways (and limitations) in which teachers got skills to act in dynamic and current scientific information flow.

KEYWORDS: Regime of Information. Information Literacy. High Education.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de pesquisa em curso de mestrado, concluída, cujo objetivo geral foi analisar o desenvolvimento de competências em informação na educação superior (*information literacy*) com os docentes do Curso de Agronomia, *Campus* da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Juazeiro do Norte – Ceará. Para mapear as variáveis que influenciam a promoção de competências em informação para a comunidade acadêmica, utiliza-se a ideia de regime de informação (FROHMANN, 1995; GONZALEZ DE GOMEZ, 1999), perspectiva teórica que “[...] parece ser uma ferramenta interessante para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2012), já experimentada em outros contextos, como o realizado por Delaia e Freire (2010).

Neste estudo, a óptica do regime de informação foi útil para a compreensão do ambiente em que ocorre a função educacional das bibliotecas acadêmicas, cada vez mais valorizada não apenas pela capacitação dos usuários para a busca e uso da informação científica, de modo eficiente, ético, criativo e crítico. Cao et al. (2010) alertam para a magnitude desta tarefa, que envolve diversos elementos, como cultura, legislação, tecnologia e a moral de toda a sociedade. Já Virkus (2003) percebe as políticas nacionais e institucionais, as abordagens de ensino e aprendizagem (ou ensinagem³), a compreensão e

³ Vocábulo preferido por Karagiannis, Stainback e Stainback (1999) para descrever o ensino-aprendizagem, no qual professor e aluno possuem mútuo aprendizado pela troca de experiências.

atitude dos docentes e os recursos (orçamento, administração, tempo). Entende-se que esta multiplicidade de fatores constitui um regime de informação

[...] um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999).

Os diferentes regimes de informação são moldados pelo

[...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

De um modo geral, compõem um regime de informação:

- a) a gestão da informação – “o planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1999); e
- b) as políticas da informação – tácitas ou indiretas, explícitas e públicas, micro ou macropolíticas, que consistem num conjunto de estratégias e ações definidas em um nível geográfico ou institucional que visam a satisfazer as necessidades de informação das pessoas, podendo também preservar e reproduzir, ou mudar e substituir um regime de informação (GONZALEZ DE GOMEZ, 1999; MÊGNIGBÊTO, 2010).

Para Freire (2008, p. 198), a gestão dos recursos informacionais estabelece a mediação entre as políticas de informação de um setor e a ação informada dos agentes sociais envolvidos. Nesta perspectiva, é possível identificar, na sociedade contemporânea, vários regimes de informação, em diferentes níveis, direcionando o fluxo e a distribuição de informações entre sujeitos, áreas do conhecimento, atividades e regiões (GONZÁLEZ DE GOMEZ,

1999). O mais geral deles é a própria sociedade da informação, denominada por Mace (2007 apud MÊGNIGBÊTO, 2010), como um “ecossistema da informação” (Figura 1).

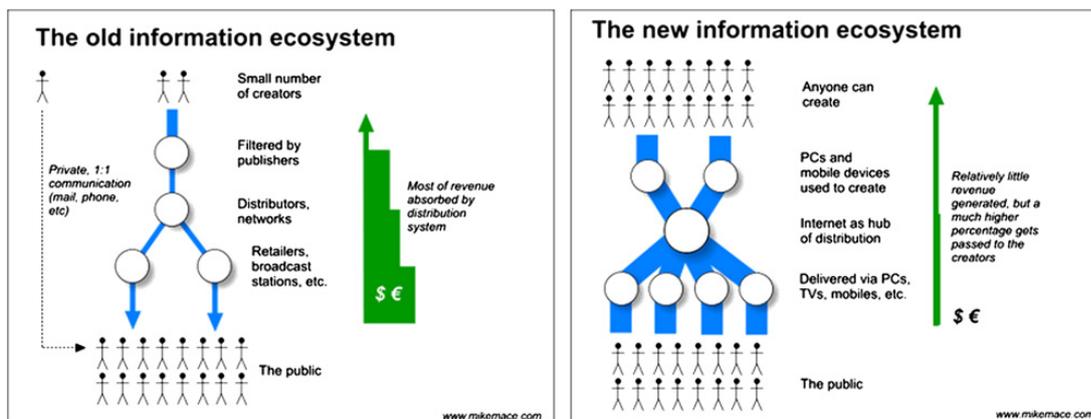


Figura 1. **Velho e novo ecossistema da informação**

Fonte: Mace (2007).

No velho ecossistema de informação, período anterior aos anos 1990 e da popularização da *World Wide Web*, a informação era gerada por um pequeno número de produtores, que tinham suas obras filtradas e distribuídas pelos editores. O acesso às informações produzidas por parte do público, dependia ainda de uma rede de distribuidores, tornando a informação escassa e dispendiosa, sendo que grande parte dos lucros não beneficiava os autores/criadores, mas os intermediários (MÊGNIGBÊTO, 2010).

No novo ecossistema da informação, a internet e as TIC originaram novos ciclos da informação, incluindo agentes produtores e usuários de informações. Com efeito, surgiram os problemas de autenticidade, confiabilidade e avaliação das informações, bem assim a necessidade de capacitação da população em geral nas emergentes tecnologias da informação e comunicação, principalmente em meio digital. Os serviços de informação diversificaram-se, possibilitando a qualquer pessoa a criação e publicação de informações na Internet, não dependendo de editores e distribuidores. Isto, conseqüentemente, causou aumento do volume informacional e barateamento do acesso à informação (MÊGNIGBÊTO, 2010).

Como regime de informação, esta conjuntura é visualizada com base nos seus elementos constituintes, a saber, *atores sociais, dispositivos de informação,*

artefatos de informação e ações de informação (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003). No contexto da Educação Superior, e sob o ponto de vista das competências em informação, Cao et al. (2010) fornecem pistas para a caracterização do regime de informação objeto deste estudo.

Os autores identificam o corpo principal das competências em informação no ensino superior, formado pelos meios utilizados para organização e comunicação da informação, tendo a biblioteca um papel proeminente em todo o processo, apoiada pela internet e pelos laboratórios (ver Figura 2).

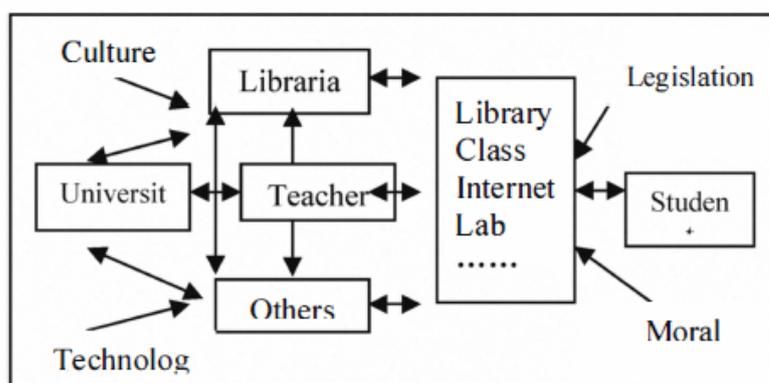


Figura 2. Estrutura educacional para competências em informação na universidade.
Fonte: Cao et al. (2010, p. 518).

Incluem-se, também, os *implementadores*, categoria formada por bibliotecários, professores, alunos e administradores, pessoas que se destacam como “atores sociais” em um regime de informação por suas práticas e constituição das suas identidades mediante ações formativas, existindo neles algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003). (Figura 2).

Para Burke (2010), devem ser incluídos nesta categoria:

Especialistas em bibliotecas devem atuar como líderes na modelagem, ensino e promoção de habilidades em competências em informação. Os **pais** podem promover e influenciar o ensino de habilidades em competências em informação ao aplicar tais habilidades com seus filhos em casa, e defender a necessidade de mais instruções nesta área para professores, administradores e políticos. **Professores** podem influenciar as competências em informação ao ensinar o conteúdo nas suas aulas, e promover este tópico entre seus colegas professores, administradores e políticos. Os **administradores** podem impactar as competências em informação ao encorajar professores a incluir as habilidades na sala de aula, e fazer lobby em favor das competências em informação. Os **políticos**

podem influenciar este assunto ao aprovar legislações que integrem as competências em informação aos currículos (BURKE, 2010, p. 249-250, traduzimos e grifamos).

Na inteligência de Kuruppu e Gruber (2006, p. 609), a variedade das funções desempenhadas por uma comunidade acadêmica – discentes, pesquisadores, educadores, planejadores, administradores e supervisores – torna ainda mais desafiadora a tarefa de entender as necessidades, interesses, busca e uso de informações dos diferentes segmentos de usuários, pois eles mudam com o tempo, bem como os aparatos tecnológicos por eles utilizados.

As ações informadas dos agentes sociais são reguladas pelos “*dispositivos de informação*”, entendidos como os mecanismos operacionais ou conjunto de meios compostos de regras de formação e transformação (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003). Para Freire (2008, p. 201), são os “instrumentos” ou “tecnologias intelectuais”, ou, ainda, “lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem necessariamente os textos que podem ser despachos de agências, jornal, livro, rádio, televisão, etc.”. Na educação superior, a literatura corrente destaca:

- a) o currículo – na utopia das competências em informação (STERN; KAUR, 2010, p. 71), os usuários são independentes na busca e no uso da informação, estando o desenvolvimento de tais habilidades integrado ao currículo de todos os níveis educacionais; a integração curricular das competências em informação é uma discussão recorrente, mas, como esclarecem Derakhshan e Singh (2011), ainda não é realidade na maior parte dos programas dos cursos superiores; como consequência, os estudantes universitários são formados com deficiências em habilidades informacionais, isto é, “[...] não estão preparados para contribuir para seu desenvolvimento pessoal e das democracias” (DERAKHSHAN; SINGH, 2011, p. 227, traduzimos);
- b) a biblioteca – principal canal de informação científica, que, como preferem Stern e Kaur (2010, p. 71), constitui uma fonte de habilidades para vida (*life skills resources*); e
- c) os professores, que podem, de algum modo, ser considerados dispositivos de informação na medida em que repassam conhecimentos mediante a prática do ensino.

Na Era da Internet e das fontes digitais de informação, os usuários não precisam ir à biblioteca física para ter acesso às informações, o que cria um distanciamento entre a biblioteca e a comunidade acadêmica (KURUPPU; GRUBER, 2006; THANUSKODI, 2010), o que pode dificultar o seu reconhecimento no acesso da informação científica. Healy (2010) alerta para o fato de que grande parte dos orçamentos das bibliotecas é destinada para a aquisição de fontes de informação *online*, embora esse serviço nem sempre seja reconhecido como da biblioteca. O problema, segundo Healy (2010), é que o acesso remoto às informações *online*, sem a mediação da biblioteca, dificulta o reconhecimento pelo usuário de qual conteúdo é promovido por ela.

Na Era digital, diversificaram-se os “*artefatos de informação*”, ou “objetos relacionais”, isto é, os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem, informação (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003). Na inteligência de Brazzeal e Powers (2007), os hábitos de pesquisa dos acadêmicos estão mudando e as fontes eletrônicas de informação se fazem meio mais utilizado na elaboração de materiais de pesquisa. Assim, a capacidade de utilizar computadores, *softwares* aplicativos, bases de dados e outras tecnologias com propósitos pessoais, profissionais e acadêmicos caracterizam as pessoas competentes em informação.

Completando os elementos constituintes do regime de informação na Educação Superior, demonstram-se as ações de informação, que podem ser de:

- a) mediação – quando fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação;
- b) formativa – orientada à informação não como meio, mas como sua finalização; e
- c) relacional – quando tem por finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que – ainda quando de autonomia relativa – dela obtém a direção e fins (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p. 37).

A ideia de ação informada depende do contexto no qual ela ocorre, exercício apresentado neste estudo a seguir, sob o ponto de vista das competências em informação na Educação Superior.

2 METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa participante, aquela fundamentada “numa metodologia de observação participante, na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada” (THIOLLENT, 2007, p. 17). A população do estudo foi composta pelos professores do curso de Agronomia, da UFC Cariri. Dos 18 convidados, sete participaram dos encontros propostos (identificados a seguir por “Pesquisado Um”, “Pesquisado Dois” e assim sucessivamente).

Os pesquisados foram convidados para encontros individuais, quando foram solicitados a preencher dois questionários, que coletavam dados de opinião e desempenho (uma atividade prática de busca de informação) sobre competências em informação. Nesta área de pesquisa, Abdullah (2010, p. 104) reforça a necessidade de analisar esses dois tipos de dados, percepção e baseados em evidência (desempenho), na avaliação das competências em informação. Para o autor, considerar apenas os dados de percepção é insuficiente nos estudos das habilidades de informação das pessoas, enfatizando a ideia de que questões do tipo “você considera úteis as técnicas de pesquisa ensinadas pelos bibliotecários?” não avaliam competências em informação. Por outro lado, DaCosta (2010) esclarece que são úteis os dados de percepção para demonstrar a disposição dos docente para trabalhos colaborativos com bibliotecários.

Como guia para a sistematização das competências em informação abordadas neste estudo, foi empregado um dos mais conhecidos, e atuais, padrões de competências em informação na educação superior, o “*The SCONUL Seven Pillars of Information Literacy: Core Model For Higher Education*” (SOCIETY OF COLLEGE, NATIONAL AND UNIVERSITY LIBRARIES, 2011). No primeiro questionário, estudou-se:

- a) dados gerais – níveis de escolaridade e faixa etária;
- b) o uso de formatos de informação científica, quais sejam, impressos e digitais;
- c) o emprego dos canais institucionais para o acesso à informação científica;
- d) o desempenho do pesquisado na busca por dois artigos científicos no Portal de Periódicos da Capes, respectivamente;

- e) a aplicação de critérios de credibilidade na seleção dos artigos selecionados; e
- f) a utilização ética das informações científicas.

No segundo, abordou-se:

- a) a mesma atividade prática do primeiro questionário – porém, precedido de um treinamento curto (fundamentado no uso de metodologias construtivistas); a influência do treinamento no desempenho dos pesquisados foi investigada;
- b) a existência de ações específicas para os docentes, objetivando o desenvolvimento de competências em informação; e
- c) a disponibilidade de trabalhos colaborativos entre docentes e bibliotecários em competências em informação.

Para análise e interpretação qualitativa dos dados, empregou-se o método de interpretação de sentidos (MINAYO, 2009), com fundamento na Teoria da Interpretação da Cultura (CLIFFORD, 1989 apud MINAYO, 2009) e diálogos entre a Hermenêutica e Dialética, além dos conceitos de inferência da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1979 apud MINAYO, 2009).

O mapeamento das dimensões do regime de informação local, onde se desenvolvem as competências em informação, perpassou as diferentes fases de pesquisa, constituindo o que é demonstrado a seguir.

3 O REGIME DE INFORMAÇÃO LOCAL

Os agentes sociais são formados pela comunidade acadêmica, ora como produtores às vezes como usuários de informações, ou, ainda, como participantes dos processos políticos de informação na contextura local, isto é, *implementadores* (CAO et al., 2010). (Figura 3).

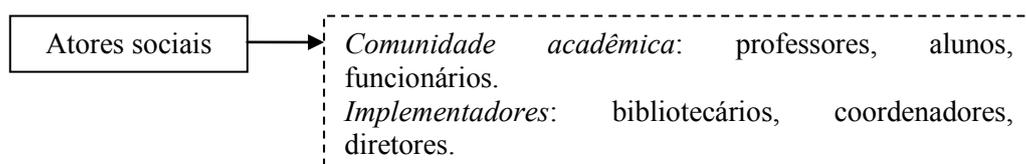


Figura 3. Atores sociais

Percebe-se que os diferentes segmentos indicam variados modos de ações informadas pelos usos diversos das informações. Por exemplo, as informações acadêmicas (aquelas compostas pelas matrículas, notas, editais etc.) e as de teor gerencial (relacionadas com a gestão de recursos humanos, financeiros etc.) são essenciais para o desenvolvimento das rotinas administrativas da universidade. Quando delimitados ao uso da informação científica, foco deste estudo, se destacam aqueles agentes sociais que aplicam as informações para a produção do conhecimento, principalmente os docentes (DACOSTA, 2010; EMMONS et al., 2009; MANUS, 2009; MILLER, 2010; MOUNCE, 2010). Este público é valorizado no atual movimento pelas competências em informação por sua característica multiplicadora:

Ajudando-os a melhor entenderem as necessidades de informação dos seus alunos e como integrar os elementos de competências em informação com base nestas necessidades dentro dos seus cursos e programas pode ser o único meio de alcançarmos nossos objetivos (PIERCE, 2009, p. 234, traduzimos).

Inseridos no regime de informação acadêmico, esses agentes são regulados por uma série de *dispositivos de informação* (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003). Dentre eles:

- a) Estatuto e Regimento Geral da UFC;
- b) Planejamento Estratégico do *Campus* – define a criação e o desenvolvimento da infraestrutura física, tecnológica, humana e informacional (incluindo os novos instrumentos para a criação da Universidade Federal do Cariri);
- c) o Projeto Político-Pedagógico e, mais especificamente, o currículo, dispositivo largamente enfatizado na literatura especializada como o principal meio a ser utilizado para integrar os preceitos das competências em informação;
- d) Sistema de Bibliotecas da UFC (normas de apresentação de trabalhos acadêmicos, tutoriais na internet, instrução de usuários e orientações nos serviços de referência das bibliotecas acadêmicas); e
- e) os professores, considerados dispositivos na medida em que repassam conhecimentos mediante a prática de ensino (Figura 4).

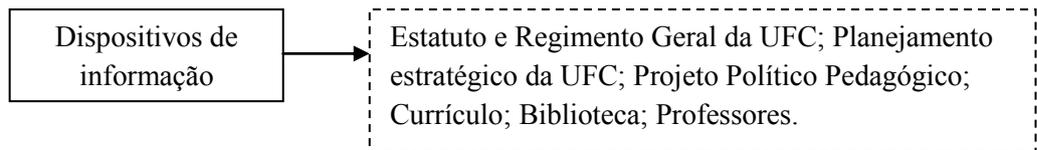


Figura 4. **Dispositivos de informação**

Os dispositivos correspondem também à formalização das políticas de informação: “[...] qualquer tipo de lei, regulação, princípio político ou programa que lida com qualquer forma de coleção, processamento, fluxo e uso de informação” (BRAMAN, 2009). A definição das políticas de informação de Barreto (2009) envolve duas perspectivas terminológicas: a Política (*politics*), termo geral que descreve a arte ou ciência de governar, e do Política (*policy*), vocábulo inerente a um conjunto de procedimentos para a execução de uma ação, isto é, “um caminho do discurso político para a ação de governo”. Na medida em que elas asseguram o compromisso do Estado, que garante dos direitos à informação e dos serviços estatais, elas precisam ser explícitas (AMARAL, 1991; NHARRELUGA, 2009).

Na contextura nacional, as políticas públicas de informação ainda são consideradas inexistentes (MARCONDES; JARDIM, 2003) ou subutilizadas, pois

[...] carecem de articulação entre as esferas cultural, educacional e de comunicação, que se entrelaçam com as relações sócio-econômicas. Neste ambiente, as políticas públicas necessitam da convergência de mídias, de tecnologias, e de serviços. É neste quadro que pode fazer a diferença, favorecendo o crescimento de uma Sociedade da Informação (FREIRE, 2008, p. 199).

Como modo de articular uma dessas políticas de informação, relacionada ao uso das ferramentas institucionais de informação científica, sobretudo do Portal de Periódico da Capes, são imprescindíveis ações educacionais formais para desenvolvimento de competências em informação com docentes, na forma de “treinamentos”, entendidos não no sentido restrito do vocábulo, mas como espaços de aprendizagem fundamentais para o fomento de comunidades acadêmicas competentes em informação (BOBISH, 2011; DERAKHSHAN; SINGH, 2011; DUNAWAY; ORBLYCH, 2011; MASSIS, 2011; SHENTON; FITZGIBBONS, 2010; STERN; KAUR, 2010).

Consideradas inexistentes por todos os participantes da pesquisa, acredita-se que elas deveriam existir: para o Pesquisado Um, elas são

“fundamental e prioritário”; para o Pesquisado Dois, “não houve uma divulgação das informações da CAPES e muito menos sobre a sistemática de busca e representação da informação; e Pesquisado Quatro: “precisa e muito”. Sobre a influência do treinamento na busca por informação, entende-se que eles melhoraram substancialmente, de um modo geral, o desempenho dos pesquisados, como percebido, por exemplo, pelo Pesquisado Sete: “o treinamento possibilitou um primeiro entendimento sobre as possibilidades de buscas no meio digital, porém faz-se necessário treinamento ou buscas constantes para melhores resultados”.

Dentre os “artefatos de informação”, identifica-se uma hibridização das fontes tradicionais e digitais de informação científica (Figura 5).

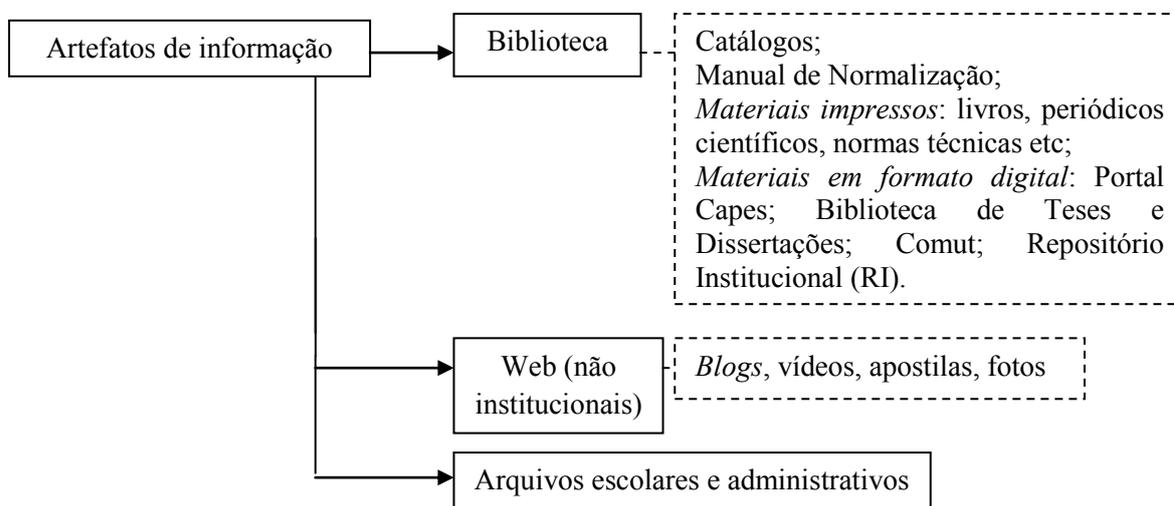


Figura 5. Artefatos de informação

Blogs, apostilas, fotos e vídeos, itens inventariados pelos pesquisados, como fontes de busca, expressam um novo cenário do fluxo de informação na comunicação científica. Neste novo “ecossistema de informação” (MACE, 2007 apud MÊGNIGBÊTO, 2010), os “[...] usuários e cidadãos não estão esperando a permissão para assumir o controle no sentido de encontrar e organizar informações”. (WEINBERGER, 2007, p. 133). O Pesquisado Um, por exemplo, relatou interesse nas fontes de informação *online*, destacando o uso de *blogs* como ferramenta de ensino-aprendizagem e pesquisa. Segundo ele, possui um *blog* de sua autoria, com destaque em sua área de especialidade, e diz que esta ferramenta é constantemente utilizada por seus alunos para acesso a textos e

realização de atividades acadêmicas. Para Orihuela (2007, p. 10), os *blogs* constituem-se num complemento às comunicações tradicionais:

A blogosfera faz parte do novo cenário midiático e complementa as funções tradicionais dos meios de comunicação tradicionais ao trazer uma textura e ponto de vista pessoal ao modo como os temas da atualidade são abordados, uma vez que gera agendas para-midiáticas (que extrapolam a comunicação) de grande interesse para as comunidades especializadas.

O autor lembra, por exemplo, o reconhecimento dessas novas formas de comunicação na internet como agentes midiáticos nos atentados de 11 de setembro, na Guerra do Iraque e na campanha presidencial dos Estados Unidos. Dadas as suas características de informalidade, espontaneidade e pessoalidade, no entanto se apresenta o perigo do uso de informações tendenciosas, falsas e duvidosas.

Outra ferramenta, evitada pelos bibliotecários mais céticos, porém cada vez mais utilizada, é o ambiente colaborativo de conteúdo *Wikipedia*. Esta ferramenta desafia o fluxo de informação formal da comunicação científica:

A Wikipédia não tem editores oficiais, nenhum processo editorial bem regulamentado, nenhum controle sobre os parâmetros que determinam quando um artigo é considerado pronto para publicação. Seus autores não precisam ter nenhum tipo de credencial. Na verdade, os autores não precisam nem mesmo ter um nome. A aceitação pela Wikipedia de artigos diversos, de autores anônimos, provoca resistência tão ferrenha que às vezes interfere na compreensão (WEINBERGER, 2007, p. 135).

Outro aspecto relevante para o acesso aos artefatos de informação foi a limitação provocada pela lentidão das redes institucionais deste *Campus*, ainda em processo de construção, ou mesmo das bases de dados de acesso remoto (Portal Capes). Por exemplo, nos encontros com os Pesquisados Três e Quatro, não houve acesso disponível à rede cabeada e *wireless*. No momento da atividade prática, diversos pesquisados relataram acesso lento. O Pesquisado Cinco registrou “lentidão na internet, acesso ao portal CAPES”. O Pesquisado Quatro comenta “lentidão da net do campus e até mesmo net móvel”, referindo-se à distância do *Campus* dos pontos de acesso das redes dos serviços de telecomunicações, que não atinge somente a internet, mas também os serviços de telefonia móvel.

Por último, delimitaram-se as ações de informação. No almejo por fomentar as inexistentes ações educacionais para competências em informação, indicam-se duas possíveis ações de informação a serem implementadas com a realização desta pesquisa.

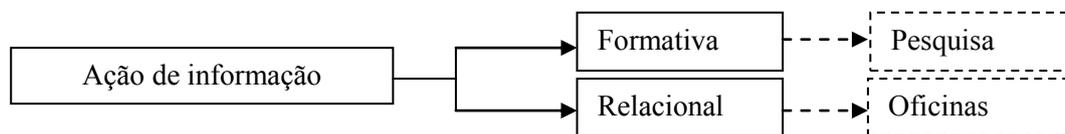


Figura 6. **Ação de informação**

Restaram identificadas ações de informação:

- a) formativa – procura facilitar a transformação da informação em conhecimento para modificar uma determinada realidade. O desenvolvimento desta pesquisa é um produto desta ação formativa; e
- b) relacional – reconhecida com base na intervenção desta pesquisa participante, mediante a realização dos encontros com os docentes, também compreendidos como espaços de aprendizagem em competências em informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do conceito de regime de informação foi útil para a óptica da dimensão das competências em informação no ambiente acadêmico, embora este estudo lide apenas com docentes. Traçar o regime de informação local permitiu compreender o cenário de capacitação dos docentes para agirem no ambiente das informações acadêmicas. Observou-se a gestão da informação científica, identificando-se variáveis tácitas e tangíveis, por meio de atividade prática em competências em informação, que influenciam as ações informadas dos professores pesquisados.

Os novos cenários informacionais reconfiguram continuamente os diversos regimes de informação em curso, podendo-se, por seu intermédio, observar a dinâmica e os elementos que influenciam a participação das comunidades acadêmicas no contemporâneo fluxo de informação científica. Bibliotecários, juntamente com docentes, possuem destaque especial, pela

relevância dos seus trabalhos cooperativos em prol da capacitação em competências em informação.

REFERÊNCIAS

- ABDULLAH, Szarina. Measuring the outcomes of information literacy: Perception vs evidence-based data. *The International Information & Library Review*, v. 42, p. 98-104, 2010.
- AMARAL, Ana Maria Barros Maia do. O cenário da política nacional de informação no Brasil. *Informação & Sociedade: Est, João Pessoa*, v.1, n.1, p. 47-53, jan./dez. 1991.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Políticas nacionais de informação: discurso ou ação. *DataGramaZero*, v.4. n. 2, abr. 2009.
- BRAMAN, Sandra. Information and Politics: paradigmatic changes in the contemporary research field. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA “POLÍTICAS E REGIME DE INFORMAÇÃO: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS”, 3., 2009, Rio de Janeiro. [Trabalhos apresentados]. Rio de Janeiro: IBICT, 2009. p. 1-36.
- BRAZZEAL, Bradley; POWERS, Amanda Clay. Electronic access to agricultural journals: an agronomy case study. *Serials Review*, v. 33, n. 3, p. 155-160, 2007.
- BOBISH, Greg. Participation and Pedagogy: Connecting the Social Web to ACRL Learning Outcomes. *The Journal of Academic Librarianship*, v. 37, n. 1, p. 54-63, jan. 2011.
- BURKE, Melynda. Overcoming challenges of the technological age by teaching information literacy skills. *Community & Junior College Libraries*, v. 16, p. 247-254, 2010.
- CAO, Jixia et al. Utility of library in information literacy education in university. In: 2010 INTERNATIONAL CONFERENCE ON EDUCATIONAL AND INFORMATION TECHNOLOGY. [Anais...]. [S.l.], 2010.
- DACOSTA, Jacqui Weetman. Is There an information literacy skills gap to be bridged?: an examination of faculty perceptions and activities relating to

information literacy in the United States and England. *College & Research Libraries*, v. 71, n. 13, p. 203-221, maio 2010.

DELAIA, Cláudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da EMBRAPA solos - à luz do regime de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n. 3, 2010.

DERAKHSHAN, Maryam; SINGH, Diljit. Integration of information literacy into the curriculum: a meta-synthesis. *Library Review*, v. 60, n. 3, p. 218-229, 2011.

DUNAWAY, Michelle Kathleen; ORBLYCH, Michael Teague. Formative assessment: transforming information literacy instruction. *Reference Services Review*, v. 39, n. 1, p. 24-41, 2011.

EMMONS, Mark et al. Teaching information literacy skills to prepare teachers who can bridge the research-to-practice gap. *Reference & User Services Quarterly*, v. 49, n. 2, p. 140-150, 2009.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 13, n. 3, p. 195-207, set./dez. 2008.

FROHMANN, Bernard. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmonton, Alberta. *Proceedings...* Alberta, 1995.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Política e gestão da informação: novos rumos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, 1999.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. *Transinformação*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade: Est., João Pessoa*, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HEALY, Annette M. Increasing the Visibility of the Library within the Academic Research Enterprise. *Library Scholarly Publications*, n. 40, 2010.

KURUPPU, Pali U.; GRUBER, Anne Marie. Understanding the information needs of academic scholars in agricultural and biological sciences. *The Journal of Academic Librarianship*, v. 32, n. 6, p. 609-623, 2006.

MACE, M. *The rise of the information ecosystem: How mobile devices, personal computing, media, and the Internet all fit together*. Mobile Opportunity, c2007. Disponível em: <<http://mobileopportunity.blogspot.com/2007/02/rise-of-information-ecosystem-how.html>>. Acesso em: 09 maio 2012.

MANUS, Sara J. Beutter. Librarian in the classroom: an embedded approach to music information literacy for first-year undergraduates. *Notes*, p. 249-261, dez. 2009.

MARCONDES, Carlos Henrique; JARDIM, José Maria. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. *DataGramaZero*, v. 4, n. 2, abr. 3, 2003.

MASSIS, Bruce E. Information literacy instruction in the library: now more than ever. *New Library World*, v. 112, n. 5/6, p. 274-277, 2011.

MÊGNIGBÊTO, Eustache. Information policy: content and challenges for an effective knowledge society. *The International Information & Library Review*, v.42, p. 144-148, 2010.

MILLER, Ielleen R. Turning the tables: a faculty-centered approach to integrating information literacy. *Reference Services Review*, v. 38, n. 4, p. 647-662, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOUNCE, Michael. Working Together: Academic Librarians and Faculty Collaborating to Improve Students' Information Literacy Skills: A Literature Review 2000–2009. *The Reference Librarian*, v. 51, n. 4, p. 300-320, 2010.

NHARRELUGA, Rafael Simone. O governo eletrônico como uma política pública de informação. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 147 -157, ago. 2009.

ORIHUELA, José Luis. *Blog e blogosfera: o meio e a comunidade*. In: ORDUÑA, Octávio I. Rojas. et al. (Org.). *Blogs: revolucionando os meios de comunicação*. São Paulo: Thompson, 2007. cap. 1, p. 1-20.

PIERCE, Deborah L. Influencing the now and future faculty: retooling information literacy. *Notes*, p. 233-248, dez. 2009.

SOCIETY OF COLLEGE, NATIONAL AND UNIVERSITY LIBRARIES. *The SCONUL seven pillars of information literacy: core model for higher education*. London, 2011. Disponível em: < http://www.sconul.ac.uk/groups/information_literacy/publications/coremodel.pdf >. Acesso em: 2 maio. 2011.

SHENTON, Adrew K.; FITZGIBBONS, Megan. Just what is this thing we call relevance?: engaging students in information literacy sessions. *Feliciter*, n. 2, 2010.

STERN, Caroline; KAUR, Trishanjit. Developing theory-based, practical information Literacy training for adults. *The International Information & Library Review*, v. 42, p. 69-74, 2010.

THANUSKODI, S. Use of internet and electronic resources for agricultural science information: a case study. *The Social Sciences*, v. 5, n. 4, p. 364-367, 2010.

THIOLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIRKUS, Sirje. Information literacy in Europe: a literature review. *Information Research*, v. 8, n. 4, jul. 2003.

WEINBERGER, David. *A nova desordem digital: os novos princípios que estão reinventando os negócios, a educação, a política, a ciência e a cultura*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.